

ATA N.º 31 – 2017/2021

Sessão Ordinária de junho

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, na Sala Principal do Cineteatro Alba em Albergaria-a-Velha, com início pelas 21:00 horas, reuniu, em Sessão Ordinária de junho, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, António Augusto Mendes de Lemos, Herculano Miguel Pereira Caetano, Jorge Altino Pinho Melo, indigitado a substituir Ana Daniela Marques Santiago e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; Anabela Martins Carvalhinhos, indigitada a substituir José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Sandra Sofia Mortágua Silva, indigitada a substituir Lúcia Maria Azevedo Antão; João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Carlos Miguel Melo Oliveira, indigitado a substituir Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e subsequentes alterações. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel Silva Melo de Almeida e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; Vera Almeida, indigitada a substituir José Licínio Tavares Pimenta e António Nunes de Almeida, do PPD/PSD. -----

Substituições: Pediram substituição na presente sessão os/as Membros Municipais Ana Daniela Marques Santiago, Ana Maria Fernandes Carvalho, Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado do CDS/PP e José Manuel da Silva Alho, Lúcia Maria Azevedo Antão e Filomena Jesus Silva Bastos, do PPD/PSD; Faltaram justificadamente os Membros Municipais Rui Manuel Pereira Marques, Arménio Henrique Oliveira Silva e Carla Cristina Caetano Castro do CDS/PP. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 62/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Evocação do 25 de Abril: O Futuro evoca Abril; -----

B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

C – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

D – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público*; -----

E – Período Antes da Ordem do Dia; -----

F – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de abril, realizada em 23.04.2021 e da ata da Sessão Extraordinária, realizada em 26.05.2021; -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório e Contas, Inventário de Bens e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha, referentes ao exercício de 2020; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação do Relatório e das Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2020; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no montante de €3.200,00) e às Grandes Opções do Plano (3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de €0,00) do Município de Albergaria-a-Velha para o ano de 2021; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do Procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público, para integração no domínio privado – termo de apreciação pública; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia da Branca, destinado à construção de um troço de passeio, para melhoria da circulação pedonal; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São João de Loure e Frossos, destinado à execução de obras de reabilitação de áreas afetadas pelas intempéries do ano de 2021; -----

Ponto 9 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua Sessão Ordinária de 18.12.2020 – período compreendido entre 09.04.2021 a 08.06.2021; -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata exequoriedade, dos pontos 3 a 8 do Edital n.º 62/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

G – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público* -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu início à sessão, referindo que continuam a viver-se tempos difíceis, uma vez que a pandemia persiste, com a conseqüente crise sanitária e a grave crise económica que a acompanha, fazendo votos de rápida recuperação a todos os afetados pela doença e que a vacinação, que se pretende massiva e célere, conduza à erradicação da doença. A crise sanitária impediu a comemoração condigna do 25 de Abril e daquilo que esta data representa, mantendo-se, no

entanto, a mesma presente no pensamento de todos. Desta forma, não podendo comemorá-la, esta Assembleia irá evocá-la, iniciando-se esta evocação com a intervenção de representantes de todos os grupos municipais, naquilo que é a sensibilidade política da Evocação, e posteriormente com a intervenção de jovens das escolas do município, via *zoom*, os quais irão dar uma perspetiva de memória em relação ao que aconteceu a 25 de Abril de 1974 e simultaneamente transmitir a sua perspetiva futura do 25 de Abril e da sua mensagem, e de como perspetivam a sua integração, do ponto de vista da cidadania e intervenção cívica. Agradeceu a disponibilidade e a colaboração empenhada aos alunos do Colégio de Albergaria, da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha e da Jobra, bem assim das professoras daqueles estabelecimentos de ensino, nomeadamente da Professora Cláudia Sequeira, do Colégio de Albergaria, da Professora Fátima Sampaio, da Escola Secundária de Albergaria e da Professora Sandra Silva, da Jobra, que tornaram possível esta evocação. -----

A – Evocação do 25 de Abril: O Futuro evoca Abril -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu início ao período de Evocação do 25 de Abril. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou então da palavra o Membro Municipal Jesus Vidinha, cujo discurso fica anexo à presente ata fazendo parte integrante da mesma (Anexo I – Fls. 1). -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Ato contínuo, usou da palavra o Membro Municipal Rui Sousa, cujo discurso fica anexo à presente ata fazendo parte integrante da mesma (Anexo II – Fls. 2). -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo que seria uma evocação curta, tendo em conta que não se trata de uma sessão comemorativa do 25 de Abril, sendo, no entanto, os valores de Abril evocáveis a todo o tempo. Destacou a liberdade, a solidariedade, a igualdade e a democracia. A verdade é esta, os valores são imutáveis, devem estar em qualquer sociedade democrática e em qualquer Estado de Direito e, portanto, são evocáveis em qualquer altura, em qualquer um dos 365 dias do ano. O que vai mudando são os problemas e cada geração encontrará sempre desafios diferentes para fazer cumprir Abril, mas os valores são sempre os mesmos. Referiu competir à sua geração ensinar os valores aos mais jovens, os mais jovens encontrarão os instrumentos para conseguir cumprir Abril, porque são estes que estão sempre mais capacitados, pela sua juventude, para encontrar as soluções para os problemas do seu tempo. Disse que os problemas que o Membro Municipal do Partido Socialista invocou, problemas para a democracia e Estado de Direito, existem. A democracia discute-os e vai discutindo com várias frentes de opinião, havendo várias abordagens e opiniões sobre as matérias, mas nunca se poderá sair da rota, esquecendo os valores essenciais. Referiu-se a um valor, que não é muito falado e que hoje em dia seria o princípio mais importante e estruturante numa democracia e num Estado de Direito em todo o mundo, que é a tolerância, salientando a importância de saber, tendo uma opinião, por muito fundamentada e cabimentada que seja, ouvir o outro, pensar no que o outro diz. O outro partido, a outra instituição, o outro órgão, a outra pessoa, seja do outro lado da linha ou com outro perfil na rede social. A intolerância campeia na sociedade a todos os níveis, não apenas o político, sendo este apenas uma manifestação daquela, mas essa intolerância, ao nível do desporto, da política e da simples opinião mais corriqueira, mina completamente tudo o que é o funcionamento normal do Estado de Direito, porque as opiniões não são respeitadas e quando não há respeito, não pode haver democracia, não pode haver tolerância, não pode haver solidariedade. Apelou assim aos jovens para que começassem pela tolerância, reconhecendo que por vezes ela não é fácil,

uma vez que a informação aparece truncada de inverdades, considerando que a verdade está sempre nos valores. Desta forma, se os jovens pensarem nos valores, acabarão por encontrar os instrumentos para chegar a esses valores. Os jovens são a dinâmica, a esperança, a atualidade e futuro, e, portanto, é neles que depositamos esperança para resolver uma série de problemas. Um destes problemas é o da habitação, que impede os jovens de sair de casa dos pais porque o seu custo é elevadíssimo face ao nível salarial, quando existe, o que entronca noutro problema enorme para os jovens, a empregabilidade, cada vez mais diminuta. A questão de integração dos jovens é de extrema importância porque estes terão sempre um papel fundamental na sociedade. Referiu caber à sua geração entregar-lhes os valores, que eles encontrarão as soluções, com certeza com a ajuda das gerações ainda anteriores e chegarão sempre o um 25 de Abril. Os militares de Abril, na noite de Abril, partiram de uma situação muito mais complicada e acreditaram, estando atualmente o país num caminho muito mais adiantado, numa situação muito melhor do que Salgueiro Maia encontrou quando saiu de Santarém para Lisboa. Desta forma, há que encarar o futuro com fé, porque a situação está muito melhor atualmente, e poderá melhorar muito mais a democracia. Concluiu o seu discurso com um bem haja aos jovens e um viva ao 25 de Abril. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra informando que se continuaria a Evocação do 25 de Abril com o tema “O Futuro evoca Abril”. Referiu que os homens são a alma de um povo e os jovens são o seu alimento. Depois deu a palavra aos jovens iniciando-se com as alunas do Colégio de Albergaria, Eva, Maria, Luna, Mariana e Matilde. -----

Alunas do Colégio de Albergaria - Os discursos apresentados pelas alunas do Colégio de Albergaria ficam anexos à presente ata fazendo parte integrante da mesma (Anexo III – Fls. 2). Durante os discursos das alunas foram projetados alguns vídeos com relatos de pessoas que viveram antes do 25 de Abril e de jovens da atualidade, recordando grandes dificuldades vividas antes do 25 de Abril, mencionando também uma série de direitos conquistados pós 25 de Abril. As alunas do Colégio de Albergaria solicitaram a opinião aos Membros Municipais sobre a proposta apresentada e a sua viabilidade, de como envolver de forma mais ativa os jovens na vida política. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra referindo que face aos problemas de som existentes iria haver dificuldade em compreender todas as sugestões feitas, propondo, no entanto, que as fizessem chegar por escrito e que numa próxima sessão, as leria para que os eleitos locais se pudessem pronunciar sobre as mesmas. De seguida, deu a palavra ao aluno Afonso Castro, da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha. -----

Afonso Castro – Aluno da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha – Iniciou a sua intervenção apresentando um pequeno vídeo relatando a história do antes e pós 25 de Abril, realçando o facto de existir muita abstenção na maioria dos jovens, situação que deve ser motivo de reflexão por todos. No pequeno vídeo foram entrevistados alguns jovens da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha sobre a principal razão do afastamento dos jovens da militância política, sobre o que que poderia ser feito para atrair os jovens para uma participação cívica mais ativa, e se existiria a possibilidade de os jovens tomarem uma posição ativa a curto ou a médio prazo quanto à participação nos órgãos do poder local ou nacional. Concluiu a sua intervenção parabenizando o Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa, porque só com iniciativas como a presente, entre outras, se conseguirá envolver os jovens,

fazendo com que se sintam mais envolvidos e com isso começar a participar mais, não só na política, mas também nos seus direitos e deveres cívicos. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, agradecendo a intervenção e referindo desejar que esta fosse a primeira de muitas intervenções, dando a palavra de seguida à aluna Bruna Pereira do Curso Profissional de Cordas e de Tecla da Jobra. -----

Bruna Pereira – Aluna da Jobra – Usou da palavra referindo algumas opiniões e alguns dos pontos que considerava essenciais abordar em relação a esta temática. Referiu que, apesar da esmagadora maioria dos portugueses estar ciente da importância que o 25 de Abril teve para o país, é sempre importante realçá-la, principalmente para as gerações mais novas, para que não se cometam os mesmos erros do passado. Começou por referir o período imediatamente após a revolução, um crescimento exponencial em todas as atividades sociais e recreativas, uma vez que estas haviam sido reprimidas por um grande período de tempo e tendo o ser humano uma necessidade inata de socializar, este tipo de atividade terá sido uma das principais necessidades dos portugueses. A nível político, a definição de uma nova Constituição é primária, de modo a evitar novos regimes antidemocráticos. Se as medidas da nova Constituição não fossem democráticas, provavelmente Portugal já se teria encontrado de novo numa ditadura. Referiu que na realidade, num passado recente, foram apresentados partidos com premissas ditatoriais, cujo avanço foi impedido pela Constituição e também pelo poder do voto livre dos portugueses. Abordou o papel e os direitos que a mulher teve antes e após o 25 de Abril, lembrando que antes da revolução toda a população tinha uma vida restrita, mas o sexo feminino enfrentava diversas dificuldades que não eram impostas ao sexo masculino. Deu o exemplo de que, quando capturadas pela PIDE, as mulheres eram expostas, tal como a maioria dos homens, a torturas extremamente degradantes, porém, na grande maioria das vezes, as mulheres eram expostas a torturas de índole sexual. Além disso, eram impedidas de casar realmente por amor, pois o casamento para muitas mulheres dependia da profissão que elas exercessem. Durante a revolução, o apoio moral que milhares de mulheres proporcionaram foi essencial para o seguimento deste movimento e será escusado referir a famosa florista que distribuiu os cravos e que deu então o símbolo à revolução. Felizmente, após a revolução, o papel da mulher e os direitos que esta tem, têm vindo a ser cada vez mais valorizados e a diferenciação de géneros tem vindo a diminuir. Porém, é uma luta que se deve sempre prosseguir. Por fim, deixou uma mensagem a todos os jovens, apelando ao voto em todas as oportunidades que tenham, a partir do momento em que façam 18 anos, porque, além de um direito é um dever que se tem para que não se repitam situações como aquelas que os antepassados e os militares de Abril e tantos milhares de pessoas lutaram para travar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra agradecendo a todos os alunos e professores, expressando a satisfação da Assembleia Municipal por ouvir as intervenções realizadas, realçando que tanto a presença destes jovens, como a sua opinião e a motivação para a cidadania, para exercer os direitos que o 25 de Abril proporcionou, é fundamental, porque o futuro é dos jovens. ---

B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa. -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das

reuniões da Câmara Municipal n.ºs 7 a 15/2021; -----

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associado, SROC, Lda.”, envio da Certificação Legal das Contas e o Relatório e o Parecer do auditor externo, relativos ao Relatório da gestão e contas, individuais e consolidadas, do exercício findo a 31 de dezembro 2020 do Município de Albergaria-a-Velha. -----

C- Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou ao ponto seguinte. -----

D – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou ao ponto seguinte. -----

E – Período Antes da Ordem do Dia -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dando a palavra ao Membro Municipal Luís Oliveira. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra referindo que nos últimos anos se tem assistido a um aumento do divórcio entre os eleitores e os eleitos e ao aparecimento de forças radicais e extremistas que há uns anos atrás era verdadeiramente impensável, julgando que se deveria refletir no que mudou, e qual a quota de responsabilidade nessa mudança, recordando que quando caiu a Ponte Entre-os-Rios, o Ministro de Estado do Equipamento Social de então, Jorge Coelho, de imediato se demitiu, assumindo em absoluto as consequências políticas dessa tragédia e nunca foi levado a julgamento. Referiu que estes casos, atualmente são muito raros, já que se assiste aos atuais decisores políticos a passar culpas para os técnicos, mesmo quando são eles os beneficiados dos atos, ações e atitudes praticados, e não assumem a responsabilidade política das situações, limitando-se por vezes, a pedir desculpa e, no máximo, a anunciar que iniciaram um processo de alteração de procedimentos internos. A assunção de responsabilidades políticas não é a assunção de responsabilidades que advém dos processos de investigação ou judiciais, mas demonstram que esses atores assumem as suas responsabilidades políticas, não transmitindo a imagem para a opinião pública de que são inatacáveis. Tal reflexão, surge pelas referências aos jornais que noticiaram no passado dia 9 de junho que a Câmara Municipal de Lisboa fez chegar às autoridades russas os nomes, moradas e contactos de três ativistas russos que organizaram em janeiro um protesto em frente à Embaixada Russa em Lisboa, pela libertação de um opositor do Governo Russo. A partilha de informações potencialmente sensíveis dos participantes em protestos na capital reveste-se de enorme gravidade e não pode passar impune. O principal responsável político é Fernando Medina, sendo que é esperado que o próprio retire consequências políticas, já que é manifestamente insuficiente um pedido de desculpas público. Tal é extensível a todos os titulares de cargos políticos ou altos cargos públicos que, no exercício das suas funções cometam flagrantes desvios ao uso das suas funções ou com graves violações dos inerentes deveres. Tal posição assumidamente pessoal, sem existir ato formal, é de alguém que não esquece as palavras proferidas pelo então Ministro de Estado do Equipamento Social, Jorge Coelho, aquando da queda da Ponte Entre-os-Rios, que afirmou que a culpa não pode morrer solteira. Nesse sentido, têm que se tirar as consequências políticas, não ficaria bem com a sua consciência se continuasse, explicando que como era o mais alto responsável do Ministério, impunha-se que apresentasse a demissão. De facto, foi uma atitude de invulgar dignidade, de quem seguramente estava isento de

qualquer responsabilidade pessoal na queda da ponte, mas que deverá dar que pensar a todos os que se virem envolvidos em situações similares e daí resolvam retirar as devidas consequências políticas, afastando-se dos cargos, para poderem tratar da defesa a que têm direito. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra felicitando o trabalho apresentado pelos jovens das três escolas do Concelho, entendendo-os como um sinal de que desejam participar civicamente na sua comunidade e no país, competindo aos autarcas criar as condições para que essa participação ocorra e se venha a consumir, referindo que a Assembleia Municipal tem um papel a desempenhar nesta matéria e que uma das formas de o fazer é permitir que, tal como ocorreu neste período de confinamento, as suas sessões possam ser ouvidas e vistas no exterior. Referiu-se à intervenção ao Membro Municipal Luís Oliveira, dizendo que não se podia estar a comparar o quadro de uma situação que levou à demissão de Jorge Coelho com a que ocorreu na Câmara Municipal de Lisboa com Fernando Medina. Recordou que quando Jorge Coelho se demitiu, houve mortes, tendo sido uma situação impactante na comunidade local e nacional. Referiu que um regime como o russo e as suas democracias iliberais são a grande ameaça da democracia, uma vez que existem mecanismos democráticos, mas tudo o resto é subvertido, designadamente a criação de mecanismos de supressão dos opositores. Realçou que o regime russo não precisa dos préstimos informativos da Câmara Municipal de Lisboa para tomar qualquer tipo de atitude, designadamente em países com potências mundiais militares, como a Inglaterra. Referiu que por certo o regime russo já teria conhecimento dos dados - que nunca deveriam ter sido cedidos às embaixadas, devido aos mecanismos de espionagem que essas grandes potências têm, pensando que não teria sido por aí que tivessem tido conhecimento de grande parte dos dados. Afirmou que os dados deviam ter sido protegidos e que aquela situação não deveria ter acontecido, entendendo que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, independentemente da gravidade da situação, tomou a posição que deveria ter tomado, recordando também que a situação concreta decorreu em grande parte de uma lei antiga e que com as eleições autárquicas os lisbonenses vão fazer a sua justiça com o voto. Continuando, referiu-se às obras de saneamento na EN-16, na qual, apesar de ser uma via com algum tráfego, se verificou uma desconsideração e um desrespeito total pelas pessoas que aí circulam, uma vez que durante a execução das obras não se procurou minimizar o transtorno causado aos utilizadores, tratando-se de obras de longa duração que mereceriam, à medida que fossem executadas, da reposição do piso, questionando que iniciativas a Câmara Municipal tomou no sentido de minimizar estas questões e se chamou a atenção da empresa adjudicatária e da ADRA, que é a responsável pela obra, entendendo que estas agiram com total desconsideração pelas pessoas, não se preocupando com o impacto negativo que os trabalhos tiveram na circulação. Por fim, questionou se o Sr. Presidente da Câmara Municipal considerava prudente a realização do Festival do Pão, num momento em que, apesar de haver já algum desconfinamento, a situação pandémica ainda não se encontra controlada. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dirigindo-se ao Membro Municipal Jesus Vidinha, dizendo que não queria aprofundar muito o tema de Fernando Medina, porque estaria a ser muito injusto, condenando alguém que tem direito à sua defesa; no entanto, aquilo que tem vindo a público não é favorável a Fernando Medina, assistindo-se à desculpa de que a situação se deveu a uma lei antiga, e verificando-se uma confusão dentro do próprio Partido Socialista, com João Galamba a afirmar não ser verdade o que Fernando Medina disse. Referiu ainda que o Governo financiou a comunicação social,

que se calou perante esta situação, depois de ter sido contactada por 3 cidadãos de nacionalidade russa e dois de nacionalidade portuguesa, tendo a informação sido veiculada pelos meios de comunicação nacionais só depois de divulgada na comunicação social internacional. Disse ainda entender não valer a pena evocar o 25 de Abril, ou o lápis azul, quando parece que ele existe agora, porque a comunicação social calou-se perante uma situação tão sensível e difícil, que ainda é mais grave que a situação de Medina, considerando essencial saber porque é que a comunicação social e o sindicato dos jornalistas optaram pelo silêncio, entendendo que esta é uma situação muito grave. -----

Paulo Silva – CDS/PP - Referiu que o assunto da Câmara Municipal de Lisboa o preocupa, não tendo, no entanto, uma opinião para expressar pela bancada do CDS/PP sobre esse assunto, porque esta matéria não faz parte daquilo que é a ação política do CDS/PP neste órgão. Passou à análise do segundo mandato do CDS/PP no Município, e a enumerar aquilo que lhe parecia ser o “estado da arte” naquilo que é a governação do CDS/PP no Município: Referiu-se ao cumprimento de um programa que foi gizado há quase oito anos e que passava muito por aquilo que é o primeiro pilar do programa eleitoral, o desenvolvimento económico e social do Concelho, que tem muito a ver com aquilo que são os valores que o CDS/PP defende, aquilo que é a sua ideologia, ou seja, que o assistencialismo, o cuidado pelo outro e o humanismo, não podem existir sem que haja riqueza criada, porque sem riqueza, não pode haver ajuda. A solidariedade só como um princípio, não cria condições ao nível da saúde, das condições de vida, da educação, da habitação, portanto, sem criação de riqueza, não pode haver assistencialismo, seja de que modo for, sendo este o primeiro pilar o desenvolvimento económico, que vai permitir que Albergaria-a-Velha cresça, e que possa desenvolver as políticas assistencialistas e as políticas para as pessoas. Sem a criação de riqueza não pode haver política para as pessoas, sendo que a criação de riqueza, pede também ela própria uma política para as pessoas. Referiu o aumento da área da Zona Industrial em mais de 50%, dando origem a espaço para que as empresas pudessem ter implantação no Concelho, referindo que atualmente a Zona Industrial de Albergaria-a-Velha tem implementadas 766 empresas. Tendo em conta a dimensão do concelho, a nível de atividade industrial encontra-se um pouco acima daquilo que são os números a nível populacional. Quanto à carga tributária, Albergaria-a-Velha sempre optou pela carga tributária mínima, razão pela qual tem sediadas muitas empresas exportadoras, ascendendo este número a 188 empresas, que atingem o volume de exportação 443 milhões de euros, levando o município a representar um contributo significativo para o volume exportador do país, sendo que o volume de negócios ultrapassa os mil milhões de euros. Estes números espelham os últimos sete anos, refletindo-se naturalmente na área social, com um aumento de 19% na taxa de emprego. E emprego traduz-se em rendimentos para as famílias, em melhores condições de vida, na possibilidade de criarem os seus filhos. Estes números não ficam a dever-se apenas ao aumento da Zona Industrial, resultando também de outras iniciativas, como as ações de apoio ao empreendedorismo que totalizaram 84 ações, com 16.500 participantes. Referiu também os €14.000.000,00 de investimento empresarial no Concelho, que só foram possíveis porque a autarquia fez um investimento de 3.700.000,00€ na Zona Industrial, existindo sinergias surgidas da ação da autarquia e do investimento privado. O Município não foi feito para criar empregos, criando, no entanto, as condições para que os privados se instalem e criem empregos e riqueza, gerando-se desta forma mais receita sem aumentar a carga tributária. Reforçou que o Município tem diminuído a carga tributária para que depois o privado possa ter um contexto mais favorável e possa

produzir mais, expandir e ter mais receita, sendo exatamente o contrário do que acontece no país. Disse que em seu entender, se o exemplo de Albergaria-a-Velha fosse tido como exemplo à escala nacional, poder-se-iam ter melhores resultados, considerando que a política de “mão estendida” não é a solução, mas sim uma política de iniciativa, a pensar no privado, para depois se implementarem políticas sociais, baseadas na iniciativa privada e na criação de riqueza e não num erário público absolutamente depauperado. -----

Jesus Vidinha – PS - Usou da palavra referindo-se à intervenção do Membro Municipal Luís Oliveira, recordando que não há propriamente um padrão da Câmara Municipal nos dados que não deveriam ter sido cedidos naquele caso em particular, tratando-se de um procedimento generalizado para todas as embaixadas, qualquer que fosse o tipo de manifestação. Informou também desconhecer qualquer grupo de comunicação social que fosse afeto à área do Partido Socialista, sendo estes, pelo contrário, maioritariamente afetos à área do PPD/PSD, ou outra área mais à direita. Referiu o grupo do Expresso, controlado pelo presidente honorário do PSD, Francisco Balsemão, e que grande parte dos comentadores políticos de profissão, são da mesma área política. Disse ainda considerar que alguns partidos políticos estariam a ascender devido à incompetência política do atual líder do PPD/PSD. No que respeita à intervenção do Membro Municipal Paulo Silva, referiu não crer que seja a carga tributária do Município o fator determinante no investimento no Concelho, duvidando que o peso dessa carga fiscal na contabilidade seja determinante, atribuindo esse investimento à inserção rodoviária e localização geográfica de Albergaria-a-Velha. Referiu que a única ligação adequada que Albergaria-a-Velha possui é da A25 ao IC2, existindo problemas no que respeita aos nós da ligação da Zona Industrial à A25 e da EN16-2 à ligação à A29 e nenhum dos Presidentes da Câmara cuidou dessas ligações, tendo sido efetuados apenas remedeios para evitar que o Concelho passasse à parte dessas ligações rodoviárias. Disse ainda que o único nó em boas condições, em Angeja, deve-se ao Presidente da Junta de Freguesia da altura, António Lopes das Neves, que chamou a atenção da Câmara Municipal, à data presidida pelo Dr. Rui Marques, da necessidade da ligação. Declarou que o Partido Socialista estará na luta para corrigir algumas dessas deficiências, recordando que quem circula de Aveiro para Albergaria-a-Nova pela A29 tem que se deslocar em direção a Salreu para depois seguir para Soutelo, acontecendo o mesmo em sentido contrário, e quem seguir na direção de Soutelo tem que circular pelo meio dos pinhais, em caminhos tortuosos, situações que demonstram o pouco cuidado que houve na altura relativamente a esses eixos rodoviários. Continuando, disse entender não competir à Câmara Municipal criar condições para o investimento privado, sendo esse dirigismo económico que por vezes, nas políticas municipais, dá a entender que existe uma intenção de dirigir o sentido do investimento. Disse entender que a Câmara Municipal deveria criar uma associação empresarial no concelho, solução que o Partido Socialista vai procurar fomentar, para que esta assuma a responsabilidade de formar os empresários, de tomar iniciativas no sentido de esclarecer determinados programas nacionais relativamente ao investimento, fazendo aquilo que a maior parte das associações empresariais fazem e que fazem muito melhor do que qualquer Câmara Municipal, às quais compete criar essas condições para o investimento. Concluiu a sua intervenção recordando que o Partido Socialista contribuiu para a expansão da Zona Industrial. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo que Albergaria sempre esteve junto a eixos rodoviários, sempre foi uma promessa de uma potência industrial no distrito, mas que nunca foi

cumprida, não tendo conseguido tirar partido desta situação que, ao longo dos anos, foi mais um problema, criando dificuldades no crescimento da Zona Industrial e não propriamente uma vantagem. Referiu que foi necessário encontrar soluções, sendo que a parte rodoviária pode ser uma vantagem, mas até aqui nunca tinha sido tão bem aproveitada, tendo-o sido com os instrumentos urbanísticos, nos quais o Partido Socialista colaborou. No entanto, a solução não esteve apenas na ideia, nos instrumentos urbanísticos, mas também na política tributária, que é um ponto fundamental naquilo que é o investimento das empresas e na sua decisão de se instalar neste ou naquele concelho. O desenvolvimento de Albergaria-a-Velha verificou-se não apenas por causa dos eixos rodoviários, sendo necessária uma Câmara Municipal com uma política clara, com medidas concretas, tais como a informação, a desburocratização e a rapidez de decisão com especial cuidado no atendimento aos industriais e em facultar-lhes todo o tipo de informações, em tempo útil, pois se o aspeto viário fosse o determinante, o desenvolvimento industrial já se teria verificado há mais tempo. Reforçou que a parte tributária é também importante, existindo a competitividade fiscal e tributária em todo o mundo, exemplificando que os líderes europeus do G7 discutiram com os EUA a criação de uma taxa de IRC mundial. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo concordar com o Membro Municipal Jesus Vidinha relativamente elevada importância da inserção rodoviária, mas não com a atribuição de responsabilidades aos anteriores edis de Albergaria-a-Velha, uma vez que os mesmos não foram responsáveis pelas decisões tomadas. Mais referiu que verificou duas opiniões diversas do Membro Municipal Jesus Vidinha, que entende não ser justo atribuir responsabilidades aos governantes socialistas, mas as atribui aos do PSD e do CDS, julgando ser necessário bom senso nestas opiniões. Relativamente ao peso fiscal, referiu que a taxa do IRC é muito importante, sendo que a rigidez da legislação laboral e a burocracia são também fatores determinantes, sendo uma garantia para os investidores o facto de não haver alterações às condições que estão subjacentes à atividade. Referiu que a troika não criou estas condições, uma vez que apenas foram efetuadas algumas pequenas reformas, que com a elaboração dos orçamentos e as intervenções do Bloco de Esquerda e o PCP, sofriam retrocessos, o que constituiu um entrave ao crescimento da economia, sendo necessário, para que o país tenha crescimento económico e riqueza para distribuir, criarem-se condições para que isso aconteça, tornando-o mais competitivo, fiscal e laboralmente, lembrando que Portugal é um dos países da Europa com maior rigidez na legislação laboral. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo-se ao segundo pilar essencial da governação da Câmara Municipal relativamente às áreas social, da educação, da saúde e da habitação, sendo que as políticas, muitas vezes, são permitidas não apenas através do erário público e das transferências do Estado, mas também através da iniciativa da Câmara Municipal no apoio às pessoas e às IPSS's, lembrando que o aumento do apoio às IPSS's foi significativo. Também quanto à educação, a requalificação do Parque Escolar, o aumento das bolsas de estudo, a Carta Educativa Municipal e a criação de uma Agenda Municipal de Educação, foram uma estratégia, não apenas da Câmara, mas também dos atores que intervêm na área da educação, juntamente com as escolas. Relativamente à área da saúde, e pese embora entenda que a tutela desta área será uma competência do governo referiu a aprovação da candidatura de requalificação do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha. No que respeita a esta matéria, salientou que, para que as autarquias assumam competências na área da

saúde, será imprescindível que as mesmas sejam acompanhadas dos necessários fundos financeiros, referindo que o Município tem atuado da forma que lhe é possível nesta área. No que respeita à habitação, destacou quatro medidas: a aprovação da Estratégia Local de Habitação, a requalificação, ainda não terminada, do Bairro das Lameirinhas, a requalificação das habitações da Rua Eugénio Ribeiro e a criação do Regulamento de Apoio ao Arrendamento que já inclui mais de 100 famílias, concluindo que é desta forma que se cumprem os ideais de Abril. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra parabenizando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa que teve relativamente à evocação do 25 de Abril e por ter envolvido toda a comunidade, e particularmente os jovens, nesta comemoração. Destacou duas ações concretas do Município na área da juventude, a saber: a criação do Conselho Municipal da Juventude e a criação do “Fórum de Juventude”, uma plataforma online dedicada às políticas de juventude, que permite aos jovens uma participação mais ativa, onde podem partilhar as suas ideias e propostas. Referiu ser importante que os jovens assistam às Assembleias Municipais, não só via zoom, mas, assim que estiverem reunidas condições mais favoráveis, também ao vivo, assistindo e participando nos debates. Disse ainda entender que os políticos deverão tentar comunicar de forma mais positiva e adequada com as faixas etárias mais jovens, uma vez que por vezes se verifica que esta comunicação não é a mais adequada, referindo que os jovens deram uma lição de vida, demonstrando terem uma capacidade de adaptação à situação que se vive. Respondeu ao Membro Municipal Jesus Vidinha em relação às obras de saneamento, concordando que as condições em que as mesmas decorrem não são as melhores, carecendo de melhorias. Referiu que um dos grandes problemas que se coloca é a falta de mão-de-obra, informando que dois concursos ficaram desertos. Por outro lado, os períodos de confinamento, em consequência da pandemia, pese embora não possam constituir justificação para tudo, interromperam as cadeias de produção, de fornecimento e de transporte, contribuindo também para esta situação. Respondendo à questão levantada pelo Membro Municipal Jesus Vidinha relativamente ao Festival do Pão, informou que o Governo tem vindo a apoiar a cultura, aprovando candidaturas até ao limite de €300.000,00, recordando a importância que teve a cultura no fim da Segunda Guerra Mundial, não só para unificar os povos, mas também para criar um estímulo às populações. Sublinhou que a cultura tem um papel preponderante na criação de novas dinâmicas e transmite esperança às populações, assumindo-se como essencial na criação de uma nova interligação entre as pessoas, entendendo que não deverão inviabilizar-se totalmente os eventos culturais. Neste momento a sociedade está a retomar alguma abertura, não se verificando apenas no Festival do Pão, mas também na organização da final dos campeões europeus em Portugal, ou no grande prémio de fórmula 1, por exemplo, entendendo ser necessário começar lentamente a criar uma nova normalidade, para reativar os agentes na perspetiva económica e social, criando confiança na população em geral. No que respeita às políticas municipais, referiu que os impostos têm um papel preponderante, e que € 7.300.000,00 de verbas que a autarquia poderia ter arrecadado ao longo destes anos ficaram do lado das famílias, melhorando a qualidade de vida das pessoas e permitindo que comprassem mais em Albergaria-a-Velha. Em relação às ligações e acessibilidades, agradeceu a todos os Membros Municipais que apoiaram a revisão do PDM e que lutaram para o levantamento da condicionante da A32, e que, independentemente do partido, quiseram mudar as circunstâncias, tendo sido importante para o Município o aumento de área da Zona Industrial. Concluiu a sua intervenção sublinhando que,

conforme referido pelo Membro Municipal Paulo Silva, a economia é um eixo primordial, assumindo um papel preponderante na criação de riqueza, com a criação de postos de trabalho que permitem resolver problemas sociais, melhorando a qualidade de vida da população em geral. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou ao ponto seguinte -----

F – Período da Ordem do Dia -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de abril, realizada em 23.04.2021 e da ata da Sessão Extraordinária, realizada em 26.05.2021 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra recordando que só devem votar os Membros Municipais que estiveram presentes em cada uma das Sessões. -----

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Ordinária de abril, realizada em 23 de abril de 2021, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação os/as Membros Municipais António Lemos e Jorge Melo, do CDS/PP, Sandra Silva e Carlos Oliveira, do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2021, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação os/as Membros Municipais António Lemos e Jorge Melo, do CDS/PP, Anabela Carvalhinhos, Sandra Silva e Carlos Oliveira, do PPD/PSD e o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município” -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra à Membro Municipal Ludovina Silva. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra referindo-se ao projeto MOBA, que foi implementado há aproximadamente um ano, solicitando informações relativamente ao ponto da situação quanto à adesão ao uso da bicicleta, mencionando que Albergaria-a-Velha tem um relevo favorável ao uso deste meio de transporte. Referiu algumas preocupações, considerando que se trata de um projeto em que um dos objetivos é o incentivo à mobilidade suave e sustentável, na promoção de hábitos de vida ativos e saudáveis, nomeadamente o facto de quem pretender utilizar as bicicletas disponíveis no centro da cidade não dispor de acesso a um percurso seguro, considerando ser necessário um percurso com alguma segurança para quem faz uso dessas bicicletas, uma vez que se encontram em curso inúmeras obras em estradas e passeios, questionando se a segurança dos ciclistas está a ser acautelada, por exemplo, com a marcação na estrada de uma via com uma cor diferente, ou com a colocação de um tracejado. Questionou se estaria pensado alargar o projeto com a criação de mais pontos de distribuição para além do existente, na Incubadora de Empresas, uma vez que desta forma obriga que os utilizadores das bicicletas tenham que regressar sempre àquele ponto para as depositar. Referiu que a existência de outros pontos de entrega e de recolha das bicicletas levará ao aumento de adesão ao projeto, sugerindo ainda a implementação de um sistema de georeferenciação, questionando se também este estaria pensado. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que o MOBA é um projeto inovador ao qual será dada continuidade, estando referenciado em três eixos, um dos quais a formação, razão pela qual foi introduzido nas escolas antes de o Governo ter começado a iniciar este processo. Referiu

que no âmbito do Programa Operacional Pedalar (PréPOP), concluiu-se que atualmente uma grande percentagem de crianças não sabe andar de bicicleta, fruto, em grande parte, dos receios criados pelos pais hoje em dia nos filhos, devido às condições de segurança, receios que muitas vezes não fazem sentido, pelo que a autarquia optou por levar o projeto à escola e aos jardins de infância, precisamente para reduzir esses receios. Relativamente às medidas de segurança, informou existir uma candidatura que se encontra em análise, que consta na ligação entre o centro da cidade, na zona das escolas, e a Zona Industrial e que o arruamento que irá ser construído na Zona Industrial já contempla uma pista ciclável, estando a criarem-se condições de segurança para quem trabalha na Zona Industrial e para que as pessoas possam utilizar a bicicleta como meio de transporte. Em termos de georeferenciação, informou que os patrulheiros já dispõem de uma aplicação para registar um conjunto de ocorrências, que incluem o depósito indevido de resíduos, a localização de ninhos de vespas asiáticas e fontes de ignição de incêndios, informação que é sinalizada pelos patrulheiros e tratada pela autarquia. Referiu estarem também previstos outros locais para pistas cicláveis, existindo uma outra candidatura, uma vez que a utilização de bicicleta não é só numa perspetiva de mobilidade suave como apresenta benefícios em termos de saúde, tendo o município a preocupação de criar condições para esta utilização. Informou ainda ter-se realizado em Águeda uma reunião com o Sr. Vice-Presidente do Turismo, na qual foi apresentado um projeto no âmbito da CIRA, que cria mais um troço entre Águeda, Albergaria-a-Velha (Foz) e Sever do Vouga, ou seja, a criação de ciclovias não se verifica só em Albergaria-a-Velha, mas integra projetos em parceria com outros municípios, permitindo o referido troço a ligação entre os três municípios. Mais informou que um outro percurso entre Águeda e Albergaria-a-Velha permitirá ligar a Comunidade Intermunicipal a toda a Europa, existindo a intenção de continuar a aumentar a rede de ciclovias, precisamente para que aumente progressivamente o número de utilizadores de bicicleta. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra questionando que segurança terá, enquanto cidadã, para utilizar uma bicicleta que recolha na Incubadora de Empresas até que encontre uma das ciclovias que já existem, pois estas encontram-se fora do centro da cidade. Questionou de que forma será possível, através dos 3 eixos, dar formação para que as crianças usem a bicicleta, quando se verifica que no centro da cidade existe extrema insegurança, devido ao elevado volume tráfego e à ausência de vias para ciclistas. Referiu não ser fácil fazer no centro da cidade uma ciclovia semelhante às que já existem fora, sugerindo a marcação de um trajeto na via, com uma faixa de uma cor mais garrida que tenha o símbolo da bicicleta, de forma a alertar os condutores e a transmitir alguma segurança a quem utiliza essa faixa. Por fim, questionou se está prevista alguma medida para aumentar a segurança neste âmbito no centro da cidade. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra defendendo que é possível o espaço ser partilhado, não sendo necessário sinalizar as estradas. Disse ainda entender ter-se cometido um erro ao sinalizar as estradas para criar maior confiança para quem utiliza a bicicleta, pois à semelhança de outras cidades, a utilização deste veículo não tem qualquer tipo de circuito próprio. Informou estar pensado outro tipo de sinalização, desde o largo da escola até à Zona Industrial, com locais onde será necessária uma intervenção mais profunda, uma vez que, apesar de se investir na educação e na utilização da bicicleta, não será num curto espaço de tempo que conseguirá que a utilização da mesma seja a preferencial na mobilidade das pessoas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou ao ponto seguinte. -----

Ponto 3 – Apreciação e Votação do Relatório e Contas, Inventário de Bens e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha, referentes ao exercício de 2020 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo que a prestação de contas deste ano apresenta alterações significativas relativamente às dos anos transatos, que ficam a dever-se, em primeiro lugar, à alteração do regime contabilístico, que determinou modificações na forma, procedimentos, princípios e critérios, relativamente aos utilizados até à data, tanto no que respeita a amortizações como a subsídios, investimento, receita, operações de tesouraria e despesas com pessoal e, em segundo lugar, pelo facto de se tratar de uma prestação de contas que está influenciada pela pandemia COVID-19 que ocorreu no exercício de 2020. Informou estar disponível para esclarecer os/as Membros da Assembleia para relativamente a dúvidas que tenham em relação ao documento em análise. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que a sua intervenção se referiria ao presente ponto e ao seguinte da ordem de trabalhos, uma vez que se trata da mesma matéria. Referiu que a alteração do quadro normativo de apresentação de contas do Município torna bastante ingrata a discussão deste ponto, já que as referências se perdem e como a comparabilidade é essencial para determinar de como se está a evoluir e, tendo em conta que esta está quase ausente, a discussão do documento se encontra reduzida ao mínimo. A Prestação e Contas do Município de Albergaria-a-Velha para o ano 2020 é feita em moldes diferentes dos anos anteriores e, por isso, só é possível evidenciar alguns aspetos, nomeadamente a apresentação do resultado operacional negativo, ou seja, os custos /despesas operacionais são superiores às receitas operacionais, significando que, o Município de Albergaria-a-Velha apresenta um défice operacional, isto é, a receita operacional é inferior à despesa operacional, ascendendo o valor desse défice a € 280.393,14. Acrescentou que esta é uma situação recorrente da gestão deste executivo, referindo também que é apresentado um resultado líquido negativo do período 2020, no valor de € 250.941,59, situação também recorrente nesta gestão. Referiu-se ao peso total dos custos pessoais e de alguns custos operacionais que têm subido consistentemente ao longo do exercício da gestão. O valor em dívida às entidades bancárias, no final do exercício de 2020, revela uma subida consistente desde 2016, situando-se em cerca de 73% relativamente a esse período. Em oposição ao aumento da dívida, verifica-se o aumento da receita no mesmo período de 2016 a 2020, que é bastante inferior, situando-se em cerca de 10%, ou seja, valor bastante inferior aos cerca de 70% do aumento da dívida bancária. Tudo isto é factual, importando destacar a tendência de agravamento que estes indicadores apresentam. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra referindo que os documentos têm uma estrutura completamente distinta dos anteriores, o que à priori torna o processo mais transparente, mas simultaneamente mais complexo, porque entra numa linguagem financeira que torna difícil alguém com responsabilidades locais, e que não é especialista na área, fazer uma leitura suficientemente profunda do documento. Saliu a preocupação constante com o relatório do auditor de contas, face ao desconhecimento do património municipal e disse perceber-se, da leitura efetuada, que o passivo não corrente aumentou, esperando que este seja virtuoso e esteja relacionado com a aquisição de alguns terrenos na Zona Industrial. Referiu-se a um aspeto negativo que pensa não ser totalmente justificável pela pandemia, que é o facto de as despesas de capital serem inferiores a 25% do previsto, recordando

que, no ano de 2020, os concursos, empreitadas e obras públicas subiram 20% face a 2019, apesar do setor de construção e obras públicas ter sido aquele que conseguiu manter a sua atividade. Relativamente às Grandes Opções do Plano, nomeadamente à ação social, verifica-se uma taxa de execução de 80%, entendendo que este é um setor, particularmente em contexto de pandemia, que devia aproximar-se dos 100% de execução, dando os exemplos do Programa de Recuperação de Habitações Degradadas, onde a execução foi zero, da ação social escolar, execução zero, das transferências de capitais para as coletividades e associações de carácter social, precisamente aquelas que estiveram na frente de combate da pandemia, onde a taxa de execução foi de 61%, ou seja, viram 40% daquilo que estava previsto a não ser transferido em 2020. Deu ainda o exemplo do Programa de Apoio Domiciliário da água, com uma taxa de execução de 16%, questionando a razão desta reduzida taxa de execução e se no Concelho existirão tão poucas famílias a recorrer a esse apoio. No que respeita às Grandes Opções do Plano, verifica-se, no que concerne aos transportes rodoviários, que a taxa de execução se situou nos 62%. Referiu que ainda há pouco se falou da mobilidade sustentável, ambientalmente amiga, verificando-se, no entanto, que, quanto à execução dos passeios de Assilhô, a taxa de execução foi de zero. Sendo que uma das formas de mobilidade sustentável é andar a pé e não só de bicicleta, lembrou que muitas das ruas da cidade não têm qualquer passeio e questionou como se poderá estimular essa mobilidade sustentável circulando a pé em segurança desde Assilhô até ao mercado. Mencionou as obras de reabilitação dos passeios na Avenida Máximo de Albuquerque, lembrando no entanto que é possível verificar uma segunda geração de passeios em algumas ruas da cidade, existindo outras que não foram ainda objeto de uma primeira desde o 25 de Abril. Considerou lamentável a qualidade do espaço urbano, exemplificando com o percurso entre a Câmara Municipal e o alto de Assilhô, onde se recua 40 anos, porque existem passeios na Avenida Máximo de Albuquerque que não foram objeto de intervenção desde a década de 80 e no Alto de Assilhô, nunca houve e ainda hoje não existem. Referiu ainda a Rua Eugénio Ribeiro, na qual os passeios estão completamente degradados, sendo a qualidade do espaço público no centro da cidade excelente e 50 ou 100 metros depois esta qualidade é residual e degradada, tal como na maioria das freguesias, sublinhando a necessidade de reduzir assimetrias. Continuando, disse verificar-se que apenas 31 agregados familiares foram apoiados nas comparticipações da renda, num valor total de € 25.495,96, representando € 802,44 anuais por cada família apoiada, €68,00 mensais, valores que, considerando o contexto de pandemia existente, não se compaginam com a realidade social do Concelho, questionando se só haverá 31 agregados familiares que necessitam deste apoio. Referiu ainda que, para se ter acesso a estes apoios, é necessário ter um contrato de arrendamento e, tendo em consideração que existem muitas famílias com elevada instabilidade em termos laborais, com contratos de trabalho temporários, muitas das vezes de apenas três meses, situação mais frequente atualmente do que há alguns anos atrás, estas não têm possibilidade de dar garantias ao senhorio da estabilidade dos seus rendimentos. Por este facto, o Partido Socialista insiste na necessidade de haver uma política de habitação municipal adicional às existentes, por iniciativa da autarquia, onde não seja contemplado apenas o subsídio ao arrendamento, uma vez que este só é atribuído a quem consegue estabelecer um contrato de arrendamento, implicando, por isso, alguma estabilidade laboral. No que respeita ao apoio ao consumo de água, apontou que foram apoiados apenas 8 agregados familiares, com uma despesa situada nos €796,00, ou seja, €96,50 anuais e €8,26 mensais por família apoiada. Reconhecendo que

estas políticas municipais por iniciativa da Câmara Municipal são importantes, disse entender necessário um reforço das mesmas, porque é importante que as famílias do concelho tenham esta ajuda em momentos particularmente difíceis como o que se atravessa. E, para que as famílias tenham conhecimento destas políticas, é também necessário lembrar a importância do papel das IPSS's na divulgação das mesmas, fazendo votos que essa articulação exista e que haja uma certa proatividade, para que se consiga prestar auxílio às famílias sem aguardar que as mesmas se dirijam à Câmara Municipal, para que elas não caiam no desespero e em situações degradantes de vida. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo, no que respeita às taxas de execução, que é exatamente isso que distingue o estado a que se chegou do estado em que se deveria estar. E fazendo essa transposição do nível nacional para o local, é aqui que está a diferença. Disse ainda que o Partido Socialista entende que deveria haver habitação municipal, mas entende também, por outro lado, que o Município tem um certo dirigismo naquilo que é o empreendedorismo e naquilo que é a política para a Zona Industrial, entendendo que a criação da riqueza seria uma competência dos privados, enquanto ao estado competirá a atribuição de subsídios às pessoas, referindo que esse ponto de vista é claramente a linha que os distingue. Referiu que a geração futura é que vai pagar essa forma de pensar, com subsídios, taxas e impostos para tudo e quando se der conta, o dirigismo estatal é total. Disse ainda que quando o Membro Municipal Jesus Vidinha afirmou que o Município está a ser muito dirigista a nível da intervenção na atividade económica e que falha na parte da habitação municipal, justificou que a falha se devia ao facto de quase sempre quem está numa habitação municipal posteriormente diz que estará em condições de mudar e que quando não ficam, passam para os filhos ou outros familiares, sendo exatamente esse tipo de pensamento que faz crescer o populismo. Referiu entender que a nível local este espectro político esquerda/direita estará em alguns pontos ultrapassado, pois na verdade, políticas locais que “dão o peixe e não entregam a cana”, não serão as melhores, e, normalmente, os bairros municipais, as habitações sociais não resultam da melhor forma, pois instala-se uma certa forma de pensar, não existindo a ideia de mudar e sim a de aproveitar o que o Estado está a oferecer, de ficar no mesmo sítio com uma casa que tem uma renda mínima, ou um valor mínimo a pagar à Câmara Municipal, concluindo entender não ser essa a solução porque normalmente resulta num parque habitacional degradado que a Câmara vai ter que suportar, julgando que é exatamente esse tipo de situação política a nível nacional e local que faz com que haja determinadas intolerâncias e políticas absolutamente ridículas, de extrema-direita, neste caso concreto, em que se deixa muitas vezes que haja este dirigismo político, este apoio sem qualquer tipo de razoabilidade. Defendeu desta forma que devem ser criados mecanismos que ajudem as pessoas a seguir o seu caminho, e que o Estado e os Municípios devem dar as condições para que estas possam melhorar as suas condições de vida, não se tornando dependentes de subsídios. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra referindo que o Membro Municipal Paulo Silva estaria a resvalar para um partido em que considerava que ele não se revia, face ao discurso da subsidiodependência, o qual é muito próprio de uma força política que nenhum dos presentes defende, esperando que não resvasse para esse lado. Recordou que existe habitação social em grande parte dos Municípios do país, muitos dos quais não eram geridos por executivos Socialistas, dando o exemplo de Aveiro, com o Bairro do Comboio Amarelo, criação de Girão Pereira do CDS/PP e do Município do Porto, onde o CDS/PP integra a coligação, que também tem habitação social e a promove. Assumiu

que poderão surgir problemas, mas que serão em minoria, referindo a necessidade de acompanhamento dessas políticas sociais, porque há famílias desestruturadas, havendo no entanto maior número de bons do que de maus exemplos, uma vez que estatisticamente as habitações que estão bem preservadas pelos utentes são em número superior àquelas que estão mal preservadas. Referiu que quem não defende estas políticas prefere pegar na parte do copo vazio e não na parte do copo que está cheia, desejando que o CDS/PP e designadamente o Presidente da Câmara Municipal, não se reveja na posição do seu líder de bancada, porque nem todos têm acesso ao mercado de arrendamento, por não terem rendimentos suficientes para isso. Acrescentou que existem, por exemplo, famílias monoparentais com filhos a cargo, por vezes com salários mínimos, as quais terão muitas dificuldades em conseguir pagar uma renda e estabelecer um contrato de arrendamento, defendendo que habitação social é um tipo de oferta de habitação para famílias que não têm acesso ao mercado de arrendamento, sendo que aquelas que recorrem aos apoios são, como atrás referido, as que tem algum rendimento e acesso a esse mercado, mas que, não sendo suficiente face aos encargos familiares, recorrem a esse apoio por vezes devido a uma situação pontual. Concluiu esclarecendo que quando se fala em habitação social também se tratará de situações que não perdurarão ao longo do tempo. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo que o Membro Municipal Jesus Vidinha possivelmente não estaria a par da posição do Partido Socialista do Porto relativamente à política habitacional e de reabilitação urbana, pois a mesma não era favorável. Reafirmou que por norma não defende soluções que eternizem apoios às populações, porque geram uma certa estagnação e um comodismo nas pessoas, recaindo depois todas as responsabilidades sobre a Câmara Municipal. Referiu que havia sempre mais para fazer na habitação em Albergaria e que o executivo tem mais planos nesta área, tendo aumentado os apoios ao arrendamento, existindo também outros instrumentos, como a habitação a custos controlados que outros Municípios também implementaram, mas, considerando que a questão da habitação é uma questão central na vida das pessoas, entendia que as habitações sociais não seriam a solução, referindo, relativamente aos Comboios Amarelos, em Aveiro, não ser fácil para quem lá vive. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra respondendo ao Membro Municipal Jesus Vidinha que os passeios em Assilhô tinham sido objeto de ampliação até ao viaduto da A25, reconhecendo ser necessário efetuar mais obras de intervenção e de requalificação nos mesmos, subscrevendo a preocupação deste Membro Municipal. Relativamente ao apoio ao arrendamento, informou que no ano de 2020 só foi atribuído a 31 famílias, mas no acumulado, desde que o regulamento foi criado, já foram apoiadas mais de 100 famílias. Referiu que o regulamento foi criado antes do atual Governo e que o início da aprovação da Estratégia para a Habitação, e da requalificação dos Bairros das Lameirinhas e Eugénio Ribeiro, não ficou a aguardar a estratégia do Governo, pretendendo criar condições condignas às famílias, como o direito à habitação, que é uma preocupação social do executivo, que coloca as pessoas como primeira prioridade. Reconheceu ser necessário intervir mais na habitação, razão pela qual foi aprovada a Estratégia da Habitação, existindo ainda uma ambição maior no âmbito das ARU's, mas acima de tudo, pretendem criar-se condições para que seja efetuada uma reabilitação mais profunda, face aos dados dos Censos 2021 relativos à percentagem de casas devolutas, ou de segunda moradia da população, tendo o Município começado a trabalhar antes

do conhecimento daqueles dados. Quanto ao resultado das contas, referiu que o referido pelo Membro Municipal Luís Oliveira não correspondia à verdade, não obstante as contas deste ano serem uma realidade diferente, implicando que só para o próximo ano será possível efetuar comparações, esclarecendo que a questão das amortizações ia ao encontro do imobilizado que o Membro Municipal Jesus Vidinha referiu. Ou seja, as amortizações nos edifícios eram de 80 anos e passaram para 50 anos, reconhecendo que mesmo os 50 anos era demasiado tempo para muitos equipamentos municipais, dando o exemplo das piscinas. Salientou que alguns equipamentos não vão durar o tempo programado, havendo necessidade de ter em atenção os custos da sua manutenção, sendo que o grande desafio na gestão autárquica será saber quanto é que vai custar verdadeiramente a manutenção e a gestão desses espaços. Informou ainda que nas transferências de capital com origem no Orçamento de Estado, que anteriormente eram reconhecidas como proveito no ano, passaram numa primeira fase a ser reconhecidas como património líquido do Município e posteriormente reguladas contabilisticamente a contas de ganhos do exercício. De referir que esta alteração de contabilização tem impacto nos ganhos na demonstração dos resultados, de menos €695.000,00. Esclareceu que o Município recebeu transferências de capital do orçamento do Estado no valor de €1.137,191,00, tendo sido reconhecidos como proveitos somente €441.769,01 sendo o montante remanescente, €695.000,00, reconhecido no património líquido do balanço. Desta forma, caso o montante de €695.000,00 fosse reconhecido como proveito, à semelhança do que acontecia até há um ano, ter-se-ia um resultado positivo de €444.000,00. Referiu ter-se verificado um aumento de caixa de depósitos de 15%, ou seja, passou-se de €2.857.000,00 para €3.287.000,00, logo mais €430.000,00. Em termos de empréstimos de médio/longo prazo a 30/12/2020, o valor era de €4.636.406,16, conforme gráfico apresentado, o qual entregou à mesa para que ficasse anexo à presente ata (Anexo 4, fls. 2). Em relação à evolução de dívidas sem operações de tesouraria, FAM/ Simria, referiu estarem razoavelmente bem, lembrando que em 2007 o valor era de €8.492.102,84 e em 31.12.2017 este valor tinha sido reduzido em €4.681.974,69 e realçando a diminuição de financiamento em cerca de €620.000,00. Em relação aos apoios, salientou o aumento de transferências correntes, tanto para as freguesias, em 12%, como para todas as instituições sem fins lucrativos, em 18%. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que a sua intervenção teve por base os documentos que o Município enviou, pois as regras tinham sido alteradas, não sendo possível fazer comparações porque as metodologias são incomparáveis, tendo apenas feito referência a alguns números apresentados nas contas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do Ponto 3. --

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca e Ribeira de Fráguas e nove abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos/as dois Membros Municipais do PS e do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos do disposto da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Relatório e Contas, Inventário de Bens e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha, referentes ao

exercício de 2020, os quais se encontram arquivados na pasta anexa ao livro de atas da Assembleia Municipal. -----

Ponto 4 – Apreciação e Votação do Relatório e das Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2020 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que a *Município*, apresentou um resultado negativo em mais de €2.449,21, o qual interfere nas contas consolidadas do Município. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra referindo que a sua posição no Ponto 4 se mantém face ao ponto anterior, salvaguardando a diferença dos pequenos números, como referido anteriormente. ----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do Ponto 4. --

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca e Ribeira de Fráguas, com nove abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos/as dois Membros Municipais do PS e do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Relatório e as Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha, relativos ao exercício de 2020. Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas encontram-se arquivados na pasta anexa ao livro de atas da Assembleia Municipal. -----

Ponto 5 – Apreciação e Votação da Modificação ao Orçamento (3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no montante de €3.200,00) e às Grandes Opções do Plano (3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de €0,00) do Município de Albergaria-a-Velha para o ano de 2021 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo que a presente alteração se prende com a necessidade de criar três novas rubricas, sendo a primeira para os cartões da ADSE dos/as colaboradores/as do Município, associando-se esta rubrica às despesas de saúde, a segunda destinada a possibilitar o lançamento de candidaturas relacionadas ao financiamento do Fundo Ambiental, dinâmica que o Município tem implementado e a terceira e última rubrica destinada à execução de muros, uma vez que já se esgotou a verba que existia no orçamento para este efeito, e como forma de precaver algum contratempo que surja, permitindo a realização de obras de beneficiação de muros no Concelho. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou à votação do ponto 5. -----

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD e dos/as dois Membros Municipais do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de

12 de setembro, na sua atual redação, a Modificação ao Orçamento (3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no montante de €3.200,00) e às Grandes Opções do Plano (3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de €0,00) do Município de Albergaria-a-Velha para o ano de 2021. -----

Ponto 6 – Apreciação e Votação do Procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público, para integração no domínio privado – termo de apreciação pública -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo que o objetivo deste procedimento é reorganizar os arruamentos existentes na Zona Industrial, para que seja possível a implantação de novas empresas. Referiu ainda que para este efeito, foram adquiridos três terrenos a norte, que possibilitaram a criação de uma nova frente de construção a sul desse arruamento. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra referindo que as desafetações de domínio público para domínio privado são uma operação que terá de ser muito bem fundamentada, o que, no seu ponto de vista, não se verifica, tal como nos anteriores procedimentos de desafetação. Mencionou o facto de não ter sido apresentado um plano formal devidamente aprovado para que a Zona Industrial materialize a sua expansão, o que mereceu uma intervenção do PPD/PSD na Reunião da Câmara Municipal de 21 de Outubro do ano de 2020. Nesta reunião, foi referida a falta de informação técnica de suporte, bem como de um plano de pormenor aprovado e de informação que esclarecesse como, em altura de emergência, se fica com acesso a zona florestal. Referiu que este ponto é semelhante a outros que foram anteriormente apreciados nesta Assembleia Municipal, recordando que o líder da bancada do CDS/PP referiu, passando a citar: “votou contra por não considerar o procedimento devidamente esclarecido e justificado, o que acontece na presente proposta. Pelo exposto, voto contra, não querendo assumir qualquer tipo de responsabilidade sobre o assunto.” Fim de citação. Sublinhou que se tratava já da quarta desafetação, com o mesmo privado, tendo a primeira decorrido em 2014, a segunda em novembro de 2019 e a terceira em setembro de 2020, permitindo ao privado obter uma área substancial e com dimensão bem superior a diversas Zonas Industriais de muitos Municípios do país, questionando a razão deste processo ter sido tratado a “conta-gotas” entre 2014 e 2021. Por fim, referiu que o PPD/PSD não estava confortável com esta metodologia de desafetação, entendendo que a mesma não se encontra formalmente e devidamente justificada. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que acompanhava algumas das observações efetuadas pelo Membro Municipal Luís Oliveira, porque efetivamente o documento não era esclarecedor no que respeita à razão pela qual se pretende a desafetação e qual o seu objetivo. Solicitou ainda esclarecimentos relativamente à contrapartida desta cedência, interrogando se se tratava de uma permuta, ou se seria uma transação em numerário, considerando não estarem clarificadas as razões que justificam aquela cedência do domínio público. Recordou que anteriormente já tinha havido uma cedência do domínio público, por permuta, com uma empresa relativamente a esse processo. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou o Membro Municipal Luís Oliveira, que todas as desafetações de terrenos até ao momento foram presentes a discussão pública, não tendo sido ocupados terrenos da Câmara Municipal indevidamente, e que as mesmas se revestem de forte

interesse municipal para organizar a Zona Industrial. Além da discussão pública, já foram prestados esclarecimentos aos Senhores Vereadores do PPD/PSD em Reunião de Câmara, tendo sido apresentado o plano da intervenção pretendida, a qual foi aprovada pelos Vereadores do PSD, e que é uma nova reorganização que permitirá a fixação de novas empresas. Quanto ao interesse referido pelo Membro Municipal Luís Oliveira, convidou-o a esclarecer a quem se referia, uma vez que o interesse da autarquia é reorganizar e criar condições para a instalação de novas empresas, que será possível com um novo regulamento. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo desconhecer se o Sr. Presidente da Câmara Municipal se estaria a referir ao pouco tempo que em que foi Vereador, nos anos de 1997 a 2001, porque, posteriormente a isso não exerceu funções como Vereador. Esclareceu não ter feito qualquer insinuação, afirmando apenas que o assunto estava a ser tratado “a conta gotas”, pretendendo demonstrar o seu desagrado com a excessiva demora do processo. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que, tratando-se ou não de um processo demorado, as situações iam sendo resolvidas e a Zona Industrial aumentada, esclarecendo que o Membro Municipal, como Chefe de Gabinete foi responsável da Zona Industrial. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra referindo que consultou a ata da Câmara do dia 2 de junho de 2021 tendo percebido melhor esta desafetação, esclarecendo que as desafetações do domínio público não significam que os bens deixem de ser da Câmara Municipal, mas sim que tem que existir uma informação e um objetivo dessa desafetação, passando depois a ser transacionável, uma vez que os bens de domínio público não são transacionáveis. Independentemente do modo negocial – transação ou permuta, é necessário fazer uma verificação, para que seja possível compreender de forma clara, a razão da desafetação, esclarecendo que, apesar de ter votado contra naquela altura, posteriormente teve uma melhor perceção da situação. Salientou ainda que o bem não deixa de ser do Município, passando apenas a ser transacionável, o que permite que o Município faça com os privados a transação que melhor se possa adequar aos interesses do Município e do desenho que está a fazer para a Zona Industrial, que obviamente inclui ajustes. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra informando que a gestão da Zona Industrial, no passado, sempre esteve atribuída a um Vereador. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra respondendo ao Membro Municipal Luís Oliveira que a primeira carta registada que recebeu enquanto Presidente de Câmara foi uma denúncia de que o anterior Executivo tinha permitido a ocupação de um terreno municipal - um caminho, do qual o Membro Municipal teria que ter conhecimento, visto ter sido um assunto que este Executivo trouxe a esta Assembleia para resolução. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que haveria algum equívoco, pois um Adjunto ou um Chefe de Gabinete não tem essas atribuições. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que o voto do Partido Socialista iria no sentido da abstenção, considerando não estarem clarificadas as razões que levavam àquela desafetação. Referiu que seria o resultado da estrutura fundiária da Zona Industrial não ser compaginável com a instalação de empresas, porque no passado não houve intervenção do Município no sentido de comprar, infraestruturar e criar lotes de terrenos, de forma a serem lotes favoráveis à implementação de indústria. Referiu ainda que o Executivo anterior, no passado, não fez qualquer aquisição de terrenos, -----

deixando crescer, de acordo com a estrutura fundiária existente, sendo evidente que toda aquela angulosidade dos terrenos levou ao aparecimento de um caminho, gerando este tipo de situações. Concluiu a sua intervenção afirmando que a necessidade destas correções é o reflexo de não ter havido uma intervenção municipal atempada no sentido de adquirir, infraestruturar e criar terrenos com dimensão capaz de receber as empresas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do ponto 6. --

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com catorze votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Branca e Ribeira de Fráguas, com dois votos contra de dois Membros Municipais do PPD/PSD (Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e João Paulo Lopes Branco) e oito abstenções, dos/as demais Membros Municipais do PPD/PSD, dos/as Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Angeja e de São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos do disposto da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público para integração no domínio privado, com a área de 2.214m², a confrontar do norte com Celso Alves Santos e Polivouga; do sul, com Celso Alves Santos; do nascente, com caminho, DamasOvo e Lusoparquet, e do poente, com Celso Alves Santos e privado, identificado na planta cuja cópia fica anexa à presente certidão, dela fazendo parte integrante (Anexo 5 – fls.3). -----

Ponto 7 – Apreciação e Votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia da Branca, destinado à construção de um troço de passeio, para melhoria da circulação pedonal -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que este ponto e o ponto 8 refletem o empenho do Executivo no âmbito da execução do regulamento de apoio às freguesias, por forma a continuar a apoiá-las nos projetos. A lei foi alterada em 2013 e todos estes apoios que existem para as freguesias, carecem de apreciação pela Assembleia Municipal, sendo neste âmbito que se trazem, mais uma vez, os apoios às Juntas de Freguesia de São João de Loure e da Branca, para levarem a cabo duas obras. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dando a palavra ao Membro Municipal Jesus Vidinha. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra informando que, pese embora possa parecer contraditório, entende que o passeio que se pretende construir entre a Urbanização Mariana e a empresa Palmal, na Branca, se situa numa zona florestal, não habitacional sendo ainda numa estrada nacional, onde em nenhum dos sentidos existem habitações, pelo que o Partido Socialista não iria acompanhar a Junta de Freguesia da Branca nesta pretensão, esclarecendo que caso a intervenção se destinasse a uma zona habitacional, assumiriam posição diferente. Mas, tratando-se de uma estrada nacional, será da jurisdição do Instituto de Estradas de Portugal, pelo que estar-se-á a construir um passeio em propriedade alheia, dizendo-se surpreendido pelo facto de o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Branca solicitar este subsídio. Disse ainda que, sendo este o critério, seria mais importante e mais relevante haver uma intervenção na requalificação dos passeios da IC2, onde as ervas, a deformação e os estragos são mais visíveis, sendo que a circulação nos mesmos é muito superior. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que a via em questão é uma estrada municipal. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra informando que o grupo do PPD/PSD vai acompanhar a posição que foi assumida pelos Vereadores em reunião de Câmara, sendo o sentido de voto a abstenção, uma vez que, tal como foi dito na referida reunião, pese embora não tenham nenhuma objeção à obra, entendem que o procedimento adotado e a urgência não se encontram justificadas, uma vez que se está a apenas três meses das eleições autárquicas. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra esclarecendo que o executivo não vai parar com as obras apenas porque se está próximo das eleições. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do ponto 7. --

Votação: Colocado o assunto à votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure, dois votos contra, dos/as dois Membros Municipais do PS e seis abstenções, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de apoio financeiro à Freguesia da Branca, no valor de 15.200,00 € (IVA incluído) para financiamento das despesas decorrentes da execução de obras de construção de passeio, num troço com 1000 metros lineares da EN 1-12, lado direito, desde a Urbanização Mariana até à empresa Palmal, no sentido Soutelo, mediante a exibição dos documentos comprovativos da despesa. -----

Ponto 8 – Apreciação e Votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São João de Loure e Frossos, destinado à execução de obras de reabilitação de áreas afetadas pelas intempéries do ano de 2021 -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra informando que o Grupo municipal do PPD/PSD iria acompanhar a posição que foi assumida pelos Vereadores do partido em Reunião de Câmara e, conforme ficou evidente na ata da Reunião de Câmara, trata-se de um financiamento para despesas decorrentes de obras de reabilitação de caminhos públicos afetados por intempéries, pelo que, pela urgência e pela sua importância, votarão favoravelmente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, passou à votação do Ponto 8. -----

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São João de Loure e Frossos, no valor de 20.000,00€ para financiamento das despesas decorrentes da execução de obras de reabilitação de caminhos públicos afetados pelas intempéries, mediante a exibição de documentos comprovativos da despesa. -----

Ponto 9 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua Sessão Ordinária de 18.12.2020 – período compreendido entre 09.04.2021 a 08.06.2021 -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que, conforme consta da informação, um dos contratos que implicou compromissos plurianuais diz respeito ao controle dos ninhos de vespa asiática, e o outro refere-se à nova normalidade que se vive atualmente, que implica a gestão da multimédia, luz e apoio técnico para garantir condições para reiniciar as atividades no Cineteatro Alba. -

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo intervenções, passou à apreciação do ponto 10.
Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, dos pontos 3 a 8 do Edital n.º 62/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, colocou a votação o Ponto 10. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, os pontos 3 a 8 do presente Edital. -----

F – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

Sem intervenções a registar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dando por encerrada a sessão agradecendo a colaboração e a participação de todos, a colaboração e a intervenção dos alunos e professores do Colégio de Albergaria, da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha e da Jobra. Agradeceu aos funcionários do Cineteatro Alba, que, mais uma vez, foram inexcedíveis na sua preciosa colaboração com a Assembleia Municipal, assim como aos colaboradores Tiago Ferreira, Sérgio Vinhas e Carla Fragão, a maneira profissional e disponível como colaboraram com a Assembleia. Desejou a todos saúde, recomendando a continuidade dos cuidados que a DGS preconiza para se reduzir a transmissibilidade do vírus, sublinhando que esta palavra deve ser passada a todos, pois apesar de estarem muitas pessoas vacinadas, continua a haver riscos, havendo, devido à agressividade da nova estirpe do vírus, muitas pessoas vacinadas que se encontram internadas, algumas em cuidados intensivos, pelo que é muito importante continuar a seguir os conselhos da DGS. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número três, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Mário Rui de Almeida Branco e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____